



XIV SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

“Cerca de 38 mil processos de violência doméstica e familiar contra a mulher tramitam na Justiça do Pará. São mais de 3.700 só nas três Varas especializadas de Belém, sem contar os muitos casos invisíveis nas estatísticas porque o medo, a dependência financeira ou outros motivos impediram que a denúncia chegasse à Polícia. Entre os processos em andamento no Estado, 79 são de feminicídio”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

DESDE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA, A SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA É PROMOVIDA PELOS TRIBUNAIS ESTADUAIS COM O OBJETIVO DE AMPLIAR A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA E REALIZAÇÕES DE CUNHO PREVENTIVO EM PARCERIA COM A REDE DE ATENDIMENTO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

Jacóph
Paz em Casa

#NÃO SE CALE

COORDENADORIA ESTADUAL
DAS MULHERES EM SITUAÇÃO
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR - CEVID

ENDEREÇO: Fórum Criminal de
Belém. Rua Dona Tomázia Perdigão,
260 - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-
280

TELEFONE: (91) 3205-2715

E-MAIL:
coord.mulheresviolenciadf@tjpa.jus.br



COORDENADORA

Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro

JUÍZA AUXILIAR

Reijjane de Oliveira Ferreira

EQUIPE TÉCNICA

Manuela Rezende

Renata da Mota Giordano

Riane Conceição Ferreira Freitas

XIV SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

A situação de risco, violência e letalidade a que mulheres de todas as classes sociais, credos e raças estão sujeitas se tornou uma das maiores preocupações do Poder Judiciário em todo o Brasil. Para combater esse tipo de crime, punir os agressores e conscientizar a sociedade sobre os direitos da mulher, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inaugurou na capital e nas unidades judiciárias do interior do Estado, a XIV Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, cuja abertura deu-se na segunda-feira 19 de agosto, nas instalações do Fórum Criminal de Belém. A programação incluiu uma força-tarefa do Judiciário para dar andamento e celeridade aos processos de violência doméstica e familiar, além de terem sido realizados seminários e debates sobre o tema, que tiveram por objetivo alertar aos participantes acerca das diversas formas de prevenir e denunciar casos de agressão contra a mulher.

O Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, foi institucionalizado pela Política Nacional do Enfrentamento à Violência contra a Mulher e consolidado através da Resolução nº 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça.

Nesta Edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa a CEVID, por meio da Portaria nº 3483/2019-GP, assim como nas anteriores, convocou os magistrados do Tribunal de Justiça, atuantes nas Varas Especializadas de Violência Doméstica, bem como aqueles atuantes nas varas únicas distribuídas pelas diversas comarcas no interior do Estado, informando quanto as datas previamente definidas, prazos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, além de memorar a todos os participantes que a Semana como tradicionalmente ocorre nos meses de agosto, aderiu à campanha Nacional do Agosto Lilás alusiva ao aniversário da Lei Maria da Penha (Lei n.11.340/2006 de 07/08/2006).

Os servidores e usuários do Portal do TJPA também foram informados sobre a Campanha por meio da divulgação da programação elaborada pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPA (CEVID), para a XIV SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, conforme link: [http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-Estadual-das-Mulheres-em-Situacao-de-Violencia-Domestica-e-Familiar/366244-xi-semana-pela-paz-em-casa-\(20-a-24-de-agosto-2018\).xhtml](http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-Estadual-das-Mulheres-em-Situacao-de-Violencia-Domestica-e-Familiar/366244-xi-semana-pela-paz-em-casa-(20-a-24-de-agosto-2018).xhtml)

Na XIV edição da semana alusiva ao combate da violência contra a mulher o Tribunal de Justiça do Estado Pará, concentrando esforços dentre as varas especializadas na capital e

varas únicas no interior do Estado, realizou 176 audiências preliminares, 480 audiências de instrução e 100 audiências de acolhimento e justificação, além de proferir 1.753 despachos em processos de violência doméstica contra a mulher e 05 sentenças com mérito em feminicídio.

Relativo às atividades de cunho preventivo e de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a CEVID buscou dar continuidade as ações iniciadas nas edições anteriores da Campanha em parceria com a rede de enfrentamento à violência doméstica do Estado do Pará, magistrados e estudiosos na área, à exemplo dos projetos: “Judiciário na Escola”, “Mãos à Obra”, “SOS Mulher”, “Patrulha Maria da Penha.

O Tribunal de Justiça do Estado, desenvolveu cronograma específico, com atividades durante a semana e também complementares a ela, conforme abaixo:

PROGRAMAÇÃO

P R O G R A M A Ç Ã O



**XIV Semana da
Justiça pela
Paz em Casa**
De 19 a 23 de agosto de 2019

19/08/2019

Abertura da XIV Semana da Justiça pela Paz em Casa
Local: Auditório do Fórum Criminal
Público alvo: Servidores dos poderes judiciário estadual e federal; professores, discentes dos cursos de Direito, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, público em geral.

8h Credenciamento
8h30 Lançamento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco
9:00h Seminário: A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense

	Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Pará e Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar
	Desembargadora PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL Presidente do TRT 8ª Região
	Juíza de Direito REIJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Auxiliar da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

20/08/2019

8h30 Cine Debate: Exibição do Documentário “Os filhos da Maria da Penha”
Local: Auditório do Fórum Criminal
Público alvo: alunos da escola pública

21/08/2019

7h Projeto Mãos à Obra
Local: Palestra em Obra
Público alvo: trabalhadores da construção civil

9h Círculos de Diálogo com Equipe Multidisciplinar de Violência Doméstica
Local: Auditório do Fórum Criminal
Público alvo: Mulheres em situação de violência doméstica e familiar (atividade interna)

22/08/2019

8h30 Círculos de Diálogo sobre violência de gênero - Projeto Começar de Novo
Local: Edifício-Sede
Público alvo: Projeto Começar de Novo

9h Círculos de Diálogo com Equipe Multidisciplinar de Violência Doméstica
Local: Auditório do Fórum Criminal
Público alvo: Homens envolvidos em processo de violência doméstica (atividade interna)

23/08/2019

Encerramento
Local: Auditório do Fórum Criminal
Público alvo: servidores do TJPA; professores da rede estadual e municipal; movimento de mulheres; Rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica

8h Credenciamento
8h30 Encenação da Peça “De menina à mulher, tortura que Ela atura!”
10h30 Debate

Inscrições no site: www.tjpa.jus.br



Abertura da XIV SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA com o Seminário “A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense”.

O seminário “A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense” abriu a programação da XIV Semana Justiça pela Paz em Casa, no Fórum Criminal de Belém. O evento teve o objetivo de debater a realidade das mulheres no Judiciário e de que forma as situações de misoginia podem ser superadas nesse e em outros ambientes que antes eram considerados estritamente masculinos.

Durante o seminário, a presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, também à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal, contaram as suas experiências como magistradas mulheres que conseguiram chegar ao desembargo e, posteriormente, aos cargos de direção dos seus respectivos Tribunais.

Para a desembargadora Célia Regina, o papel da mulher precisa ser repensado por toda a sociedade. “Os primeiros sinais da violência contra a mulher, na maioria das vezes, até mesmo aos olhos da vítima ou do agressor, são imperceptíveis. O entendimento do que é violência – não só a física, mas também a moral, a psicológica, etc. – deve ser entendido por todos nós. É por isso que a equipe da CEVID percorre escolas, canteiros de obras e todos os lugares onde é possível alcançar esse público. O trabalho de prevenção se dá com palestras, orientações, estudos técnicos e outros meios preventivos para diminuir essas situações de violência contra a mulher e o próprio machismo”, considerou.

A Coordenadora da CEVID também ressaltou que os homens não podem ser esquecidos nesse trabalho de conscientização. “É preciso que nós façamos com que não só as mulheres compreendam a violência, mas sobretudo que os homens alcancem a idéia de que estão, sim, sendo violentos. Por isso o trabalho de enfrentamento não se limita somente a dar andamento aos processos de violência doméstica. É preciso também fazer um trabalho preventivo”, explicou.



A vice-presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, A presidente do TRT8, desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal e juíza auxiliar da CEVID, Reijjane de Oliveira.

A desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal destacou como o machismo dificulta o papel de fala da mulher na sociedade. “Quando a mulher fala em um ambiente de trabalho, por exemplo, muitas vezes o seu discurso é recebido com uma brincadeira, um risinho, como se o que ela estivesse falando não fosse algo sério. Dificilmente irão fazer isso com o homem. Houve um caso dentro da minha casa, durante uma reforma. Os operários estavam trabalhando na obra e eu coloquei a minha secretária para supervisionar. Depois, ela veio desabafar comigo e disse que não aguentava mais a forma como eles a tratavam. Mesmo eu indo conversar com eles – e eu cheguei de uma maneira séria, pesada, dizendo que eles estavam proibidos de tratá-la mal – o pintor mais velho deu uma risadinha. Eu disse que muito me admirava de o mais velho deles estar incentivando tal conduta”, contou.

“Vejam só. Não estavam agredindo fisicamente a minha secretária, mas ela estava, sim, sendo agredida todos os dias. Pela mentalidade misógina, que nós temos que começar a repensar na nossa casa. Por quê que as tarefas das mulheres são diferentes das dos homens dentro de casa? Por quê só a menina lava a louça, arruma a cama ou cuida do cachorro?”, concluiu a desembargadora Pastora Leal.



A vice-presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, A presidente do TRT8, desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal

Participação feminina - A juíza auxiliar da CEVID, Reijjane de Oliveira, também participou do seminário e apresentou pesquisa sobre o número de mulheres no Judiciário brasileiro. Atualmente, no alto escalão do Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, são 2 ministras (18%) e 9 ministros (82%). “Somente no ano 2000 uma mulher chegou a ser ministra do STF”, considerou.



Atualmente, a magistratura brasileira é formada, em percentuais, de 62,7% homens e 37,3% mulheres. Na magistratura paraense, essa diferença cai um pouco: são 61% homens e 39% mulheres. Porém, no desembargo do Judiciário paraense, as mulheres são maioria, com 57%, enquanto os homens são 43%. A realidade do desembargo paraense, com maioria de mulheres, é considerada rara, se comparada ao desembargo de outros Estados brasileiros.

“O CNJ, ao fazer uma pesquisa nacional sobre a participação das mulheres no Judiciário, identificou que havia uma assimetria muito grande entre homens e mulheres nos Tribunais. A partir daí, editou a Resolução 255, que institui a política nacional para incentivar a participação feminina no Poder Judiciário. A partir dessa resolução os Tribunais estão fazendo as suas políticas estaduais. Aqui no Pará, foi instituído um Comitê Deliberativo com a finalidade de dar cumprimento à resolução do CNJ”, explicou a juíza.



Formulário - Durante a abertura, também foi lançado oficialmente, no Pará, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de subsidiar o trabalho dos magistrados na concessão de medidas protetivas de urgência contra os agressores.

O formulário será aplicado prioritariamente nas delegacias de Polícia. Em locais onde essas unidades não existirem, a responsabilidade caberá às unidades judiciárias. Com 25 perguntas de múltipla escolha, o formulário ajuda a delinear o perfil do agressor, além de traçar contextos e apontar fatores de risco vivenciados pela mulher.

Força-tarefa – Além da programação preventiva, a XIV Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, foi incluído um “esforço concentrado” do Judiciário para dar andamento e maior celeridade aos processos de violência doméstica e familiar. Nesta etapa, 112 Comarcas participaram ativamente da ação. Cerca de 38 mil processos de violência doméstica e familiar contra a mulher tramitam atualmente na Justiça do Pará. São mais de 3.700 só nas três Varas especializadas de Belém. Entre os processos em andamento no Estado, 79 são de feminicídio.

Programação - Ao longo da semana, a programação prosseguiu, no Fórum Criminal, com cine debate e exibição do documentário “Os filhos da Maria da Penha”; Uma palestra

realizada sobre o direito da mulher para um público de trabalhadores da construção civil; Círculos de diálogo com mulheres em situação de violência doméstica e familiar; Círculos de diálogo sobre violência de gênero com integrantes do projeto de ressocialização “Começar de Novo”, e com homens envolvidos em processos de violência doméstica

20/08/2019 (terça-feira) – CINE DEBATE – EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO: “Os Filhos da Maria da Penha”

Alunos das Escolas Estaduais General Gurjão, Rui Barbosa e José Veríssimo participaram, no segundo dia de programação, de um cine-debate, com a exibição do documentário “Os filhos da Maria da Penha”. O encontro, ocorreu no Fórum Criminal de Belém, nas instalações do auditório Wilson Marques. Em um ato simbólico de adesão ao “agosto lilás”, a CEVID distribuiu aos presentes lacinhos na cor do mês, com objetivo de sensibilizar os presentes sobre questões que envolvem a violência doméstica.



A CEVID/TJEPa possui um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Educação, que objetiva garantir a implantação do “Projeto Judiciário na Escola”, visando a troca mútua de esforços para conscientização e esclarecimento do tema “Violência Doméstica e Familiar” aos alunos. Assim como em todo país, o Judiciário Paraense, durante a Alusiva pela Paz em Casa, esteve engajado no esforço concentrado, mas também realizou uma programação exclusiva e preventiva, com palestras, debates, seminários, todos focados no tema. Estiveram presentes alunos de escolas públicas estaduais, que participaram de um trabalho de orientação e educação a respeito dos direitos da mulher.



O foco do debate na terça-feira, 20, foi no sentido de orientar os jovens estudantes a respeito dos direitos da mulher, além de expor de forma didática os tipos de violência doméstica e familiar e como identificá-los.



O aluno Edrique Gonçalves Pereira, estudante do 8º ano da escola Rui Barbosa, disse que pôde aprender mais sobre a igualdade de gênero. “É legal porque um evento como esse orienta tanto alunos homens quanto mulheres. Desde pequenos temos visto homens batendo em mulheres, pais batendo em mães, e com essa orientação acabamos tendo um ponto de vista melhor do que é essa violência. É uma forma de entendermos que todo mundo é igual. Nem o homem é superior a mulher, nem o contrário”, explicou.

Já para a aluna Larissa Alves, que também estuda no 8º ano da escola Rui Barbosa, contou que mesmo sendo jovem, já sofreu assédio. “Eu entendi que se alguém vier me agredir, por exemplo, eu tenho que denunciar. Mesmo que eu tenha medo. Ficar se lamentando e chorando não irá adiantar de nada nos casos de violência contra a mulher. Tenho 14 anos e já fui vítima de assédio na rua. Fui comprar um óculos e um homem deu em cima de mim e até disse que me pagaria pra eu ficar com ele. Eu fingi que era lésbica, namorada da minha prima,

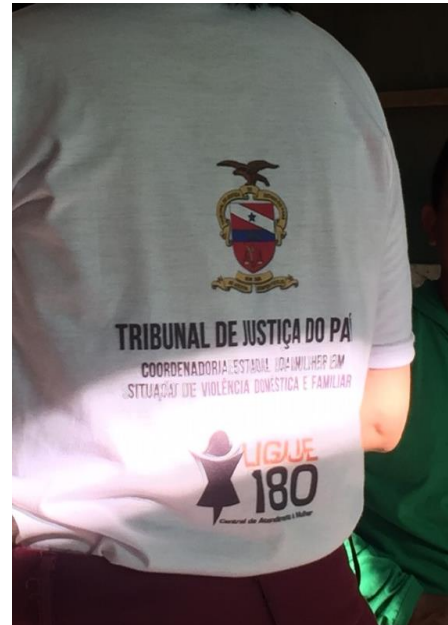
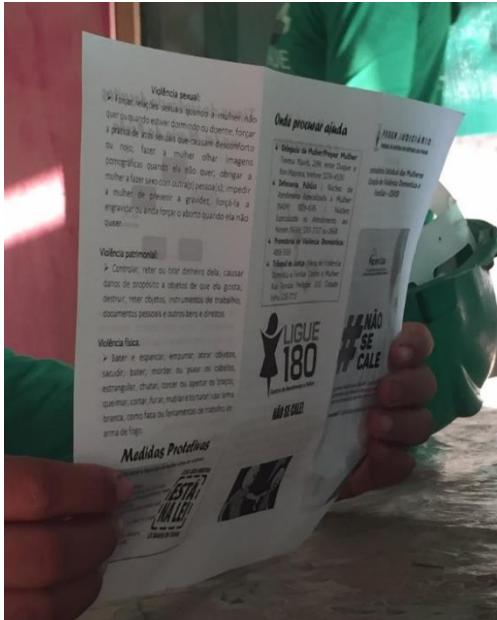
que estava comigo, para fugir dele. Essa história me deixou muito magoada. Se fosse hoje, eu teria ido atrás da polícia para denunciar”, indignou-se.

21/08/2019 (quarta-feira) – PALESTRA “MÃOS A OBRA”- PALESTRA EM CANTEIRO DE OBRA

No terceiro dia da XIV Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, no canteiro de obras onde ocorre a reforma do colégio Orlando Bitar, aproximadamente 40 operários da construção civil participaram de uma palestra sobre o tema da “Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”



A palestra, ministrada pela juíza auxiliar da Coordenadoria Estadual de Mulheres em situação de Violência Doméstica (CEVID), Reijjane de Oliveira, fez parte do projeto “Mãos à Obra” que é desenvolvido pela CEVID/TJPA durante o ano inteiro, resultado de um termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) com o sindicato da indústria da construção do estado do Pará (Sinduscom – PA). “Esse tipo de ação, leva a informação, prevenção e o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher ao ambiente da construção civil, predominantemente ocupado por homens”.



“Na violência contra a mulher, a maioria dos agressores são homens. Então, é preciso falar sobre violência com eles, levar essa reflexão a eles”, disse a juíza Reijjane de Oliveira, que explicou aos trabalhadores que a violência doméstica contra a mulher é causada pelo machismo, enraizado na sociedade e multiplicado culturalmente. Segundo a magistrada, desde a infância, o espaço da casa é destinado à mulher e o espaço da rua aos homens. Consequentemente, o tratamento desigual de homens e mulheres gera no imaginário social uma ideia de superioridade do homem mediante à mulher, que se reflete nos relacionamentos, nos quais o homem é dominante e a mulher submissa. Com isso, o homem percebe a figura feminina como sua propriedade, e por isso compreende como natural agredi-la, assim como dispor de seu corpo como quiser.

“É necessário desconstruir essa cultura machista, que mata as mulheres e faz com que os homens reprimam sua afetividade, os desumaniza e tira deles a capacidade de demonstrar emoções. O machismo é que leva os homens a serem agressivos, é a cultura machista que faz os homens violentarem as mulheres, matarem as mulheres”, avaliou a magistrada, que acrescentou que ao se defrontar com situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, a comunidade deve intervir e denunciar as agressões, ações que podem salvar a vida de uma mulher agredida.

A pedagoga da CEVID, Riane Freitas, mencionou os cinco tipos de violência designados na lei Maria da Penha: verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Ela abordou também o ciclo da violência vivido por mulheres agredidas. Na primeira fase do ciclo, o agressor fica tenso e irritado por coisas insignificantes, tem acessos de raiva, humilha a

vítima, ameaça e destrói objetos. A vítima então tenta acalmar o agressor, evita qualquer conduta que possa provocá-lo, esconde o fato das demais pessoas e nega que a violência ocorra. Na segunda fase toda a tensão da primeira fase se converte em explosões violentas por parte do agressor, e a vítima sente medo e paralisa diante da ação ou pode buscar ajuda. Na terceira fase, o agressor tem um comportamento carinhoso com a vítima por conta do arrependimento de ter causado violência, enquanto a mulher se sente confusa e pressionada a manter seu relacionamento, num período relativamente calmo. Depois dessa fase, o ciclo reinicia e as agressões também.

Isaías de Souza, de 50 anos, trabalha desde 2005 na construção civil. Na palestra ele fez perguntas e disse que é difícil a mudança de comportamentos aprendidos desde cedo pelo homem, mas que é necessário diálogo entre homens e mulheres. “Aprendi que, assim como o homem, a mulher tem os mesmos direitos, que não se deve agredir a mulher e a mulher precisa de mais carinho, não se deve agredir verbalmente, porque agressão verbal só traz consequências, tanto para o homem quanto para a mulher. Se não tiver diálogo, não vai haver paz e temos que trazer isso de dentro de casa para a rua”, disse.



Círculos de diálogo – Ainda pela manhã da quarta-feira, 21, a equipe da CEVID realizou círculos de diálogo com mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Na ocasião, a juíza auxiliar da CEVID, Reijjane de Oliveira, ressaltou o objetivo da atividade. “Esses círculos são muito importantes para a reflexão. No caso das mulheres, são voltados principalmente para que elas possam identificar as diversas formas de violência em que estão inseridas. Às vezes, quando uma mulher fala a respeito de uma situação em que sofreu

violência, outra mulher se identifica e descobre que também está inserida em um relacionamento mais abusivo do que imaginava”.



Uma das participantes, que preferiu não se identificar, aprovou a experiência. “Estou entendendo melhor o que me aconteceu. Me sinto mais tranquila agora. Com certeza eu indicaria a todas as mulheres que passaram pela situação de violência doméstica e familiar”, explicou.

22/08/2019 (quinta-feira) – CÍRCULO DE DIÁLOGO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO – PROJETO COMEÇAR DE NOVO

Local: Edifício-Sede Público alvo: Projeto Começar de Novo

Círculos de Diálogo com Equipe Multidisciplinar de Violência Doméstica

Local: Auditório do Fórum Criminal Público alvo: Homens envolvidos em processo de violência doméstica (atividade interna)

Nos dias 21 e 22 de agosto, o Tribunal de Justiça, realizou Círculos de Construção de Paz, com mulheres e homens, envolvidos em situação de violência doméstica.

O Círculo de Construção de Paz, é uma ferramenta da Justiça Restaurativa, que vem apresentando excelentes resultados, no que tange a resolução de conflitos de diversas naturezas. É uma ferramenta que tem como foco principal as pessoas e os relacionamentos.

O trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades para a resolução de conflitos, estimulando o indivíduo a se reconectar consigo mesmo, expressando sentimentos, emoções, necessidades, e compartilhando histórias, bem como ouvindo e acolhendo o expressado pelo outro.

Ao todo 11 mulheres, e 08 homens foram atendidos nos Círculos de Diálogo, que tiveram 3 horas de duração cada um e contou com a participação de cinco facilitadores e uma psicóloga do NEAH – Defensoria Pública.

23/08/2019 (sexta-feira) – ENCERRAMENTO: Encenação da Peça “De menina à mulher, tortura que Ela atura!”

Encerramento Local: Auditório do Fórum Criminal

Público alvo: servidores do TJPA; professores da rede estadual e municipal;



Encenação da Peça “De menina à mulher, tortura que Ela atura!” pela Companhia de Teatro Palha, que a peça visa demonstrar as violências que a mulher passa ao longo da vida. Após a exibição, houve debates sobre o tema com os espectadores.

Nasceu em Melgaço, no Arquipélago do Marajó, considerado o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Assim como tantas outras meninas, foi vítima de abuso sexual ainda criança. No início da adolescência, veio trabalhar em casa de família na capital, para poder fugir da realidade difícil. Quando chegou em Belém, descobriu que pegaria pesado no trabalho em troca, apenas, de casa e comida. Envelheceu sendo constantemente humilhada pela patroa, numa relação de escravidão, que a impediu de fazer uma das poucas coisas que queria na vida: estudar. Essa é a história verídica de Honorata, mulher que inspirou a peça “De menina à mulher, tortura que ela atura”, apresentada na manhã da sexta-feira, 23, no Fórum Criminal de Belém.



O espetáculo, de autoria da Companhia Teatro Palha, encerrou a programação da XIV Semana Justiça Pela Paz em Casa, realizada desde o último dia 19. Os espectadores também foram especialmente receptivos ao evento. Eram alunos e professores do 3º ano das escolas General Gurjão, Rui Barbosa, Deodoro de Mendonça e David Mufarrej. O objetivo do encontro foi abordar com os estudantes a violência doméstica e familiar contra a mulher e o abuso sexual de crianças e adolescentes, além de servidores e magistrados do Judiciário Paraense, e o público em geral com interesse no tema.



Após o espetáculo, houve debate sobre os temas abordados na peça com a juíza auxiliar da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

(CEVID), Reijjane de Oliveira; a juíza da 1ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, Mônica Maciel; a coordenadora pedagógica da Escola General Gurjão, Socorro Rocha; o diretor e a produtora da peça, respectivamente Paulo Santana e Tânia Santos; as atrizes que contracenaram, Marcione Pará e Abgail Silva; além da psicóloga do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Mayra Lopes, e da pedagoga da CEVID, Riane Freitas.



Aluna do 3º ano do colégio David Mufarrej, Luciana Oliveira ressaltou que a atividade foi um momento único em sua vida. “Eu não tenho palavras para descrever o que eu senti. A peça trouxe muitas questões como a violência contra a mulher, o abuso sexual infantil e a sociedade que fecha os olhos para o povo ribeirinho. De certa forma me emocionou tanto que me modificou enquanto pessoa. Foi incrível”.

Também estudante do mesmo ano e colégio, Eduardo Ribeiro, disse que, com o encontro, pôde entender melhor os direitos das mulheres e das crianças e adolescentes. “Eu achei muito interessante debatermos esse tema. Saio daqui bem orientado. Falaram diversas coisas que eu não sabia sobre direitos e leis de proteção à mulher e à criança e o adolescente”, destacou.

A juíza Reijjane de Oliveira destacou a relevância de trazer para estudantes, de uma forma lúdica, temas como a violência contra mulheres e contra crianças e adolescentes. “Poder trazer a arte e as escolas para dentro do Judiciário para realizar esse debate foi maravilhoso. Foi uma oportunidade também de tirar dúvidas dos estudantes sobre o que é cada violência e como proceder caso seja vítima ou testemunha de algum caso. As professoras também puderam ser orientadas de qual procedimento tomar caso um aluno ou aluna esteja passando por algum tipo de violência. Todos nós saímos muito enriquecidos dessa manhã”, afirmou.



Círculos – Na quinta-feira, 23, marcando ainda o encerramento da XIV Semana Nacional pela Justiça pela Paz em Casa, ocorreram círculos de diálogos com réus de processos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher e com egressos do Sistema Carcerário pertencentes ao projeto Começar de Novo, do TJPA. As atividades ocorreram, respectivamente, no prédio-sede do TJPA e no Fórum Criminal de Belém.



A pedagoga da CEVID, Riane Freitas, destacou os benefícios do círculo de diálogo. “Ele proporciona a todos os participantes a oportunidade de falar e de ouvir sobre um tema em específico. Hoje nós abordamos a questão dos direitos da mulher. Há um

compartilhamento de histórias. Essa roda é muito válida porque nem sempre as pessoas têm a oportunidade de falar e de serem ouvidas”, explicou.

Um dos participantes, Josivaldo Pinheiro Brito, se mostrou entusiasmado com a experiência. “Foi uma manhã de muita gratidão. Pude adquirir conhecimento sobre violência doméstica para expor dentro da minha casa, principalmente para as minhas irmãs. Eu fico muito feliz em participar desse projeto”, ressaltou.

COMARCAS

- **NOVA TIMBOTEUA**

O combate à violência doméstica e familiar contra a mulher foi tema de uma série de atividades Realizadas pela Comarca de Nova Timboteua, no Nordeste paraense, as atividades ocorreram como parte da programação da XIV Semana Justiça pela Paz em Casa na quinta-feira, 22, na Comarca. A programação incluiu palestra, debates, casamento comunitário e ação cultural.



A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, à frente da Coordenadoria da Mulher em situação de Violência Doméstica (CEVID), participou como debatedora, de uma palestra de combate a esse tipo de agressão. A apresentação foi feita pela delegada Vilma Alves, titular da Polícia Civil do Estado do Piauí e uma das responsáveis pela redução dos casos de violência contra a mulher naquele Estado.



Após a atividade educativa, o juiz titular da Comarca, Antônio Gil, presidiu uma cerimônia de casamento comunitário de 60 casais. O evento foi encerrado com uma ação cultural e apresentação de grupo folclórico.

- **TUCUMÃ**


Prevenção no interior - Além da força-tarefa para dar celeridade aos processos de violência doméstica e familiar, que ocorre em todo o Estado, diversas Comarcas realizaram atividades voltadas para a conscientização dos direitos das mulheres. A Vara Única de Tucumã realizou, na última terça-feira, 20, palestras com as famílias contempladas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Tucumã. Na ocasião, 43 mulheres

integrantes do Projeto Residencial das Casas Habitacionais, do Bairro das Rosas participaram da atividade.

O principal objetivo do evento, coordenado pelo juiz da Comarca, Haendel Moreira Ramos, foi promover reflexões e orientar mulheres acerca do ciclo de violência que já vivenciam ou podem vivenciar. A palestra “Relacionamentos Abusivos: como identificar e o que fazer?” foi ministrada pela equipe técnica multidisciplinar do Fórum, composta pela assistente social Carolina Cristina Matos de Carvalho, e pela psicóloga Mayra de Melo Carvalho.

- **SANTARÉM**

Já a Comarca de Santarém realiza desde o dia 19 até esta sexta-feira, 23, uma programação coordenada pela juíza Carolina de Miranda Maia. As atividades contemplam círculos da justiça restaurativa com os servidores da Vara, círculo de construção de paz em autos de medidas protetivas, palestra de conscientização sobre a violência doméstica e familiar com professores das Escolas Aluizio Lopes Martins e Gonçalves Dias.



**COORDENADORIA ESTADUAL DAS MULHERES
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR/
CEVID/TJPA**

TELEFONE

(91) 3205-2715

ENDEREÇO

Fórum Criminal de Belém

Belém. Rua Dona Tomázia Perdigão, 260 - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-280

E-MAIL

coord.mulheresviolenciadf@tjpa.jus.br